

**“MENSAGENS A SEREM DECIFRADAS”
— AS DIFERENTES FORMAS DE EXPRESSÃO
E DE COMUNICAÇÃO DE AFRICANOS E AFRO-BRASILEIROS
NO BRASIL DO SÉCULO XIX**

BARBOSA, Marialva. *Escravos e o mundo da comunicação – oralidade, leitura e escrita no século XIX*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016. 176 p.

*E*ste livro surpreende a cada página, fazendo despertar reflexões e indagações sobre os vários assuntos abordados. Escrito na perspectiva de uma história social da comunicação, a sua autora focaliza os circuitos da oralidade, da leitura, da escrita e do impresso nos quais se movimentavam escravos e outros setores subalternos da sociedade brasileira do século XIX, interpretados a partir de um aporte teórico renovado que, até então (salvo um ou outro caso), não havia ainda sido aplicado ao mundo dos escravos. Sua originalidade diz respeito à retomada de aspectos do viver escravo a partir de uma variedade de fontes, de autores e de percepções teóricas que, embora não tão novos, foram pouco utilizados na historiografia da escravidão. Fundamenta-se, entre outros, em teóricos como Paul Ricoeur, em suas concepções acerca dos tempos históricos, da memória e do esquecimento, e da comunicação; Paul Zumthor, nos temas relativos à oralidade; e, junto ao último, Roger Chartier, Walter Ong, na equação

oralidade/cultura escrita, bem como na análise das práticas de leitura e de escrita. Os conceitos e perspectivas de interpretação trazem ao cenário dos meios comunicacionais setores sociais até então deles excluídos, como se tais grupos — a maior parte da população das cidades oitocentistas — estivessem à margem das possibilidades de comunicação e de expressão, incapazes de ler e de escrever, de fazer parte do mundo das narrativas impressas e, sobretudo, de ter sentimentos, aspirações e visões próprias.

O livro se insere num campo historiográfico profícuo, colocando-se, de certa forma, na linha dos estudos sobre a presença nominativa de homens e de mulheres africanos e afrodescendentes, cativos e forros, que transitaram nas histórias das diversas sociedades das Américas. Reconhece, assim, o protagonismo de personagens sociais que vêm se firmando desde os estudos que se utilizaram da documentação judiciária, às biografias que remontaram trajetórias de escravos e depois libertos,

além de narrativas autobiográficas, caracterizadas sugestivamente como práticas de “escritas de si”. Para o caso do Brasil, as biografias de Domingos Sodré, Rufino José Maria e Domingos Álvares, bem como a autobiografia de Mahommah Baquaqua (retomada pela autora no capítulo 1) e de outras referidas às dimensões atlânticas e ao contexto das sociedades norte-americana e caribenhas: as experiências de Olaudah Equiano, Frederick Douglas, Salomon Northrup, para ficar entre os mais famosos.¹ No caso das mulheres, a experiência de Rosalie, de nação poulard, ou fulbe, e a coletânea de experiências femininas reunidas em *Mulheres negras*, entre elas as biografias de Mônica da Costa, Benedita da Ilha e, mais particularmente, Teodora Dias da Cunha, referida no livro aqui resenhado como uma das expressões da escrita entre escravas e escravos no Brasil.²

¹ João José Reis, *Domingos Sodré, um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX*, São Paulo: Companhia das Letras, 2008; João Reis, Flávio Gomes e Marcus Carvalho, *O alufá Rufino: tráfico, escravidão e liberdade no Atlântico Sul (c. 1822 c. 1853)*, São Paulo: Companhia das Letras, 2010; James Sweet, *Domingos Álvares: African Healing, and the Intellectual History of the Atlantic World*, Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2011; e Raphael Domingos O. da Silva, "Escrita de si, escrita da liberdade: autobiografias e memórias da escravidão negra na diáspora atlântica (1770-1890)". Dissertação de mestrado, UNIFESP, 2016.

² Rebecca Scott e Jean M. Hébrard, *Provas de liberdade: uma odisséia atlântica na era da emancipação*, Campinas: Editora da

Sendo Marialva Barbosa historiadora ligada às teorias da comunicação, a divisão dos capítulos e as várias temáticas do livro gravitam em torno de um eixo que busca os diferentes cenários comunicacionais em que atuavam e se expressavam escravos e forros nas sociedades urbanas do Brasil no século XIX. Cenários e práticas comunicacionais multifacetados, como mostra a autora, que envolviam gestos, escritas, imagens, discursos, danças, falas, incisões na pele, impropérios, cantos de trabalho, ritmos no lazer, lidos todos eles como “mensagens a serem decifradas” ao longo dos capítulos. Na obra de Barbosa, juntas, essas diferentes escalas e dimensões revelam a complexidade das expressões, bem como a exuberância histórica de setores sociais no geral silenciados, recuperando visões do mundo e de si, percepções próprias das relações e das tensões sociais, sentimentos, resistências, artimanhas e outras lógicas organizativas que as práticas de comunicação fazem aparecer. É possível dizer que a autora caminha no sentido apontado por Joseph Miller, ao afirmar a necessidade dos historiadores prestarem atenção e documentar os “sentidos de si” expressos pelos escravos:

Unicamp, 2014; Maria Cristina C. Wisenbach, “Teodora Dias da Cunha: construindo um lugar para si no mundo da escrita e da escravidão”, in Giovana Xavier, Juliana Farias e Flávio Gomes (orgs.), *Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-Emancipação* (São Paulo: Selo Negro, 2012), pp. 228-43.

sentidos mais autônomos e mais africanos do que meras reações, adaptações, ou assimilações às normas de seus senhores, até mesmo quando codificados nos termos cristãos e europeus.³

A obra é organizada a partir de múltiplos territórios: depois de explicitar os do esquecimento (mudos, embaralhados e ruidosos), vem na sequência os da oralidade ou da vocalidade, os da escrita ou “[d]os olhos que leem”, como quer Zumthor (citado pela autora), as performances, sons e línguas, e por fim, na imprensa da época, menções e representações. Nessa divisão — que não é absoluta, pois se trata de dimensões que por vezes se interpenetram e se confundem —, a complexidade dos espaços da oralidade é um dos temas mais saborosos. No capítulo “Territórios da oralidade”, a autora parte do pressuposto de que num universo tão amplo, tão corriqueiro e tão mal visto sob a ótica da negatividade (a não escrita, o não letramento), é possível acompanhar uma multiplicidade de expressões. Sonoridades associadas a gestos, pregões e cantilenas melódicas e melancólicas que anunciam produtos e dão ritmo ao trabalho estafante, o arrastar das correntes que anunciam o trabalho dos galés, a boataria, as notícias e as informações que se espalham

³ Joseph Miller, “Restauração, reinvenção e recordação: recuperando identidades sob a escravização na África em face à escravidão no Brasil”, *Revista de História*, n. 164 (2011), p. 20.

no diz-que-diz, no ouvir falar tão comum nos registros policiais. Vozes e sons em movimentos que vão e vêm, ecos que “exalam os sopros dos ancestrais” e chegam ao presente por múltiplas vias. Qual sociedade histórica não compartilha disso? Até que ponto a oralidade é atributo dos excluídos? Quem não reconhece nas descrições cenas familiares da infância no dia a dia das cidades e zonas rurais?

Os rastros do passado que vão compondo o material para referenciar a interpretação da autora são retirados de um número grande de fontes, sejam elas consultadas diretamente, sejam emprestadas a outros trabalhos e relidas. A começar pelos relatos de viajantes que se assombravam com os cenários urbanos americanos e brasileiros — cidades que se parecem com novas Guiné, como diziam europeus que percorreram núcleos urbanos das Américas (p. 38), conforme aponta John Thornton em seu estudo sobre as sociedades afro-americanas.⁴ Em seguida, os anúncios de fugas, colhidos nos jornais da época e precisos em suas descrições por sua importância para os anunciantes reaverem a rica mercadoria, trazem detalhes expressivos e formam um quadro amplo multifacetado dos indivíduos escravizados. Além da descrição precisa de suas roupas e bens, costumes e redes de

⁴ John Thornton, *Africa and Africans in the Making of the Atlantic World*, 2ª ed., Nova York: Cambridge University Press, 1998, p. 14.

amizade, surgem escravos de óculos, de fala mansa, arditos na defesa de seus argumentos. Em sua análise, Marialva Barbosa presta atenção às múltiplas habilidades de trabalhadores urbanos, bem como o rol de experiências capazes de engendrar e manter fugas, como omitir o nome do senhor, dizer-se liberto, mentir sobre seus nomes etc. Pois, ao lado dos conteúdos cifrados de determinadas canções (p. 42), a comunicação envolve também um não querer dizer.

O segredo guardado é maneira de construir, na contingência da conjuntividade (no dizer de Agnes Heller) um espaço de comunicação somente inteligível para eles (p. 43).

Por outro lado, surgem também documentos e fontes encontrados em outros trabalhos e que trazem à tona questões e reflexões sobre o fazer historiográfico. Evidenciam que as fontes são públicas e exatamente por isso sua localização e características formais são detalhadamente referidas como norma dos trabalhos acadêmicos; aí estão à disposição de novas interpretações, análises e usos. Esse exercício sugere também que algumas delas são significativas e tão expressivas que merecem ser retomadas e relidas. Nessa apreciação tomo a liberdade de mencionar as cartas de Teodora e de Claro, conjunto de peças manuscritas que foram localizadas entre os documentos judiciais de São Paulo, no Arquivo Público do Estado de São Paulo, à época de meu mestrado em 1998 e que depois tive a oportu-

nidade de a elas retornar em outros textos.⁵ Na obra de Barbosa, a importância das cartas de Teodora e de Claro reaparece vis-à-vis outras peças similares: escritos de escravos e de escravas de Salvador, do Rio de Janeiro, do Recife etc. Juntas denotam que a excepcionalidade da escrita escrava é somente aparente, configurando uma prática que só pode causar surpresa em quem não considera as aproximações entre o oral e o escrito, as relações entre as habilidades de escrita e o mundo do trabalho. E, sobretudo, por aqueles que não reconhecem a capacidade dos escravos e forros de perceber o potencial comunicativo das diferentes formas de escritura. Como já havia referido anteriormente, e parafraseando Fabre, trata-se de um mundo histórico em que

uns leem, outros escutam, ou simplesmente veem, mas todos se aproximam bem ou mal da escrita, todos a percebem e experimentam sua presença.⁶

Faço algumas poucas observações pensando o aprimoramento do texto e de seu formato, e tendo em

⁵ Maria Cristina Wissenbach, “Cartas, procurações, escapulários: os múltiplos significados da escrita entre escravos e forros na sociedade oitocentista brasileira”, *Revista Brasileira de História da Educação*, n. 4 (2002), pp. 104-21; *idem*, *Sonhos africanos, vivências ladinhas. Escravos e forros em São Paulo*, São Paulo: Hucitec, 2002; e *idem*, “Teodora Dias da Cunha.”

⁶ Daniel Fabre, “Le livre et sa magie”, in Roger Chartier, *Pratique de la lecture* (Paris: Éditions Rivages, 1985), p. 233.

vista uma nova edição. De um lado, considerando os sujeitos históricos aos quais a historiadora “dá voz”, lembrar que é impossível discernir escravos e forros, homens livres pobres e outras camadas sociais que gravitam em torno do universo do trabalho nos contextos urbanos, sobretudo no século XIX. Isso significa que muitos dos elementos investigados dizem respeito mais a uma massa heterogênea de trabalhadores urbanos do que especificamente aos cativos, sobretudo em períodos em que se avolumava o número de forros e de livres na sociedade brasileira. De outro, em termos formais, a

ausência de ilustrações é por vezes sentida; muitas das cenas descritas no trabalho ou utilizadas como fontes — as imagens de Debret e de Rugendas, as ilustrações da *Revista Ilustrada*, por exemplo, demandam reprodução no livro para que fique mais explícito o que a autora observa sobre elas. Se o objetivo é captar tais informações para além das palavras escritas, as imagens comentadas deveriam compor a edição. E, por fim, a correção de algumas falhas de redação e de digitalização, nomes confundidos — Claro não é Cosme, Silvia não é Sonia, por exemplo —, que poderão ser sanadas numa nova edição.

Cristina Wissenbach
criswis@usp.br
Universidade de São Paulo